

MENOS. Na informalidade, mulher ganha 70% do que ganha o homem

Graduação não garante igualdade salarial

Diferença atinge tanto o mercado de trabalho formal como o informal

THIAGO TARELLI*
ESTAGIÁRIO

Com a expansão do ensino superior em todo o País, é cada vez mais comum que homens e mulheres busquem uma qualificação profissional. Segundo dados do Ministério da Educação, as mulheres são maioria no ensino superior. Porém, segundo a economista Luciana Caetano, a graduação não garante igualdade salarial entre os gêneros.

“Nos cargos mais elevados, essa diferença [salarial] é ainda maior, inclusive nas grandes corporações. Estamos falando de um traço cultural em uma sociedade machista, ainda dominada por homens, cujas mudanças são lentas, muito lentas”, explica.

A diferença salarial atinge tanto o mercado de trabalho formal como informal, segundo a economista. Na informalidade, a remuneração salarial da mulher corresponde a aproximadamente 70% do homem. “Em muitos casos, para uma mesma função no setor privado, a remuneração concedida a uma mulher é inferior à



RICARDO LÉDO - ARQUIVO GA

A economista Luciana Caetano: “O trabalho doméstico é tratado socialmente como o espaço de trabalho prioritário para valorização feminina”

concedida a um homem, mesmo que a produtividade do trabalho seja a mesma e o nível de instrução da mulher seja mais elevado”.

Segundo a economista, existe diferença entre os gêneros mesmo no setor público, onde a remuneração é definida por categoria de ocupação. “É comum se perceber no setor público que grande parte dos cargos comissionados seja ocupada por homens”.

A distribuição das ocupações no mercado de trabalho brasileiro também é uma das razões que explicam a diferença salarial entre gêneros. Segundo Luciana Caetano, em setores de baixa remuneração como atividades domésti-

cas, saúde e educação, há forte concentração de mulheres, contribuindo com o rebaixamento da média salarial desse gênero.

Elvira Barreto explica que as mulheres da classe trabalhadora, desde a revolução industrial, viviam em situação de exploração pela precariedade no ambiente de trabalho e recebiam salários muito menores que os trabalhadores homens. “O trabalho doméstico é tratado socialmente como o espaço de trabalho prioritário para valorização feminina, tal como o espaço público do mundo do trabalho está para a valorização masculina”.

A pesquisadora ressalta ainda que as determi-

nações sobre as diferenças e aptidões de trabalho entre gêneros são estabelecidas socialmente. “As mulheres não são naturalmente mais afeitas a trabalhos relacionados ao espaço doméstico, ao cuidado, etc (âmbito da reprodução social); e os homens não são naturalmente mais propensos a atividades que exigem racionalidade, decisões objetivas (âmbito da produção). Somos mulheres e homens educados para cumprir papéis a partir do sexo ao qual pertencemos, a termos condições diferentes de desenvolvimento e essas diferenças geram desigualdades sociais, tal como o exemplo da desigualdade salarial”, diz.

Preconceito atropela leis trabalhistas

A visão preconceituosa e machista pode levar algumas empresas a adotarem uma postura inadequada, tratando de forma desumana as mulheres e desrespeitando as leis trabalhistas que as assistem. A jornalista e chefe do núcleo da Mulher e Cidade da Universidade Federal de Alagoas Elvira Barreto explica que “temos uma cultura que tende a não assumir coletivamente o cuidado e a proteção a esse momento da vida de pessoas que garantem a preservação da espécie”, revela.

A pesquisadora revela que quando os direitos no mundo do trabalho relacionados à maternidade são conquistados, há muita crítica. “Absurdamente, ouve-se comentários de que o lugar da mulher é mesmo em casa tomando conta dos filhos. Esquece-se que a maioria das famílias brasileiras, hoje, é chefiada por mulheres”, argumenta.

“São essas mulheres que garantem o sustento e educação dos filhos, que em muitos momentos vivem em situação de culpabilização e de desigualdade de condições sociais em relação aos homens”, completa a pesquisadora.

Até no ambiente acadêmico, onde o assunto da desigualdade entre os gêneros é debatido, a pesquisa revela que há preconceito. “Na minha profissão, como docente e pesquisadora, sofri preconceito por estudar gênero. Era, e em algumas situações ainda é, considerado um assunto periférico”, revela Elvira Barreto. ■

* Sob supervisão da editoria de Economia.